MINUTO BARRA

EM UBERLÂNDIA, VINTE DOS 27 VEREADORES SÃO PRESOS EM OPERAÇÃO POLICIAL POR ORDEM DA JUSTIÇA SUSPEITOS DE DESVIOS DE RECURSOS

Publicado em 16 de dezembro de 2019 por Minuto Barra

Categoria: Notícias

Blog Minuto Barra, o Portal de Notícias do Gildásio Brito

Agentes na porta e dentro do gabinete do Presidente da Câmara de Vereadores da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais.

Vinte dos 27 vereadores de Uberlândia são alvos de mandados de prisão, na manhã desta segunda-feira (16), em uma operação do Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) que apura desvio de verbas de gabinete.

Entre os investigados estão o presidente da Câmara Hélio Ferraz, o Baiano (PSDB), que foi preso, e os vereadores Juliano Modesto (SD), que já estava preso, e Alexandre Nogueira (PSD), que cumpria prisão domiciliar e foi levado para a delegacia de Uberlândia.

Para os três, o mandado é de prisão preventiva. Para todos os demais, prisão temporária. *(confira nomes abaixo)* . Além dos parlamentares, os alvos dos mandados são funcionários e assessores da Casa, além de donos de gráficas.

Segundo o MPMG, dos 40 mandados de prisão, 34 já foram cumpridos até as 10h com apoio da Polícia Militar. Há ainda 42 mandados de busca e apreensão, inclusive na Câmara.

O grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MP-MG, responsável pela ação, informou que a operação investiga desvio de recursos da verba indenizatória de gabinete da Casa, por meio de uso de notas fiscais frias de gráficas.

> ***"Tivemos nesses últimos três anos 17,5 milhões de informativos impressos por esses vereadores, que corresponde a 35 informativos por eleitor. Obviamente esse número é irreal, se fizer pesquisa percebemos que muitas pessoas nas ruas não receberam informativos"****, disse o promotor de Justiça Daniel Marotta Martinez.*

Ainda segundo o promotor, durante a Operação “O Poderoso Chefão”, o dono de uma gráfica afirmou ter uma empresa de fachada utilizada para desvio de verbas indenizatórias. Com base nestas informações, o Gaeco começou a verificar quais outras gráficas eram utilizadas pelos parlamentares já presos.“De janeiro de 2017 a dezembro de 2019 os vereadores gastaram mais de R$ 4 milhões em serviços de impressões. Constatamos que essas gráficas não tinham capacidade de prestar esse tipo de serviço que estão nas notas. Não se compravam insumos usados. Algumas funcionam sim regularmente, mas não compravam material suficiente dos descridos nas notas fiscais. As notas são rigorosamente do mesmo valor para vereadores diferentes", explicou.